

## O fenômeno da (des)ocupação patrimonial: O Grande Hotel em Goiânia

The phenomenon of heritage (dis)occupation: The Grand Hotel in Goiânia

**Vitor de Souza Moraes**

Mestrando em Arquitetura  
Universidade Federal de Goiás, UFG  
vitor.smorais@outlook.com

**Fernando Antonio Oliveira Mello**

Doutor em Arquitetura  
Universidade Federal de Goiás, UFG  
fernando.mello@ufg.br

**Recebido em:** 17/10/2023

**Aprovado em:** 17/01/2024

**Resumo:** Debate-se o fenômeno da patrimonialização no Brasil e suas práticas, desde a seleção do que tombar às ações protetivas implementadas em prol de sua preservação. Discussão realizada a partir do patrimônio tombado no centro de Goiânia, em específico, do edifício do Grande Hotel, uma das primeiras obras Déco construídas como expressão de um ideal de modernidade, protegido pelo tombamento federal em 2003. Com o declínio de seu uso original permanece uma clara dicotomia entre o que o Estado intenta para a edificação e o que acontece objetivamente em seu arredor. Condição que abre o questionamento sobre as atividades desenvolvidas em seu interior e entorno. As ações contribuem para sua percepção como bem cultural? Como esse espaço é visto hoje? Através de um estudo prospectivo, identifica-se as formas de apropriação do edifício, proposta pelos órgãos de gestão do patrimônio e os movimentos culturais que se apropriam dos espaços a seu redor. Discute-se o paradoxo instaurado: entre o aparente congelamento da edificação frente ao potencial de uso. Explicação realizada a partir de jornais e trabalhos que enfocam o edifício e suas transformações no decorrer do tempo, recorre-se também ao Processo de Tombamento do acervo na cidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio Edificado; Grande Hotel; Goiânia.

**Resumen/Abstract:** The appearance of patrimonialization in Brazil and its practices are debated, from the selection of what to fall to innovative protective actions in favor of its preservation. Discussion carried out based on the listed heritage in the center of Goiânia, specifically, the Grande

Hotel building, one of the first Deco works built as an expression of an ideal of modernity, protected by federal listing in 2003. With the decline of its original use it remains a clear dichotomy between what the State intends for the building and what objectively happens around it. Condition that opens the questioning about the activities carried out inside and in the environment. The correct actions for their perception as cultural assets? How is this space seen today? Through a prospective study, the forms of appropriation of the building, proposed by heritage management bodies and the cultural movements that appropriate the spaces around it, are identified. The established paradox is discussed: between the apparent freezing of the building in relation to the potential for use. Explanation made from newspapers and works that focus on the building and its transformations over time, also using the Heritage Listing Process of the collection in the city.

**Palabras clave/Keywords:** Built Heritage; Grande Hotel; Goiânia.

### Considerações sobre o patrimônio

As revisões acerca do entendimento de *patrimônio* ocorridas, sobretudo, no decorrer do século XX, levaram tanto a redefinições no âmbito teórico-conceitual do termo, quanto a alterações e adequações de políticas patrimoniais que intencionam resguardar os bens culturais. Aos valores históricos e artísticos, que conduziram processos de seleção e de tombamento de patrimônios edificadas por décadas, ganharam espaço e densidade outras importantes dimensões, como a memória e a representação cultural. Tais revisões trouxeram o alargamento do sentido de bem patrimonial que passa a ser compreendido, também, como lugares que rememoram práticas culturais para além somente da materialidade da obra (CARSALADE, 2014). Perspectiva que, por sua vez, tenciona a ideia de conservação da arquitetura passadista centrada apenas na matéria, na forma congelada, e nos direciona a pensar nos usos e apropriações que, em certa medida, seria um importante preceito para a presentificação do bem cultural, como pontua Jeudy:

A regra é clara: para que o passado não seja abolido é preciso que tudo o que se vive seja atualizado. As diferenças temporais entre o passado, o presente e o futuro são aniquilados graças aos simulacros dessa atualização. O passado e o futuro parecem se conjugar no presente, ao passo que o próprio presente se torna o tempo da reprodução antecipada do passado (JEUDY, 2005, p.16).

Ainda assim, observa-se que muitas das edificações tombadas no Brasil permanecem dentro da lógica da museificação, distante muitas vezes das dinâmicas próprias dos contextos onde estão inseridos. Fato que acarreta num descolamento dos bens, distanciando-os das comunidades locais por não estarem conectados ao cotidiano da cidade. Condição que, para Jeudy (2005, p.81), apenas “consagra o poder da uniformização patrimonial” e os coloca como objetos excêntricos consumidos,

quando muito, pela indústria do turismo. A esse respeito, Solá-Morales (1998) e Jacques (2003), consideram que o congelamento tende a desencadear, nos espaços tombados, um processo de fetichização e de espetacularização de sua imagem. Como consequência, tornam-se apenas cenários distanciados das vidas habituais e majoritariamente direcionados ao consumo globalizado.

As intenções por trás do patrimônio cultural edificado transformado em mercadoria, parece estar associada a um fenômeno de patrimonialização característico do final do século XX. Para Castro e Tavares (2016, p. 118-119), trata-se de eleger um bem como patrimônio cultural, muito por sua excepcionalidade artística e histórica chancelada por um corpo técnico, e entregá-lo a “políticas concebidas sem eficiência para atender aspirações ou solucionar problemas societários e cidadãos” que, em essência, agem no sentido de tematizar paisagens históricas e, com efeito, banaliza-las. Ocorre o avesso do que reconhecemos como preservação que estaria ligado a ações que buscassem construir processos de ressignificação de seu valor simbólico e da articulação com o contexto urbano, envolvendo-o na vivência da cidade.

O acervo urbano arquitetônico da parte central de Goiânia, tombado em 2003 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, parece sofrer tanto da seletividade pautada na história oficial de construção da nova capital, quanto do paradoxo de uma proteção que ocasiona o desuso ou subutilização dos bens protegidos.

O desuso e a obsolescência tornam-se evidentes no edifício do Grande Hotel, uma das primeiras construções da cidade que, após o declínio de seu uso original com a função de hospedagem, tornou-se alvo de especulações e de vários tipos de ocupações sem planejamento prévio que considerasse sua condição como bem tombado. De espaço para mostra comercial de decoração a serviços ligados à administração pública, o Grande Hotel passou por processos de modificação em sua estrutura original, feitas sem o devido critério, encontrando-se, hoje, em estado de degradação, privado de uma apropriação mais efetiva quando pensamos na dinâmica urbana que acontece no centro de uma capital onde, além dele, existem outras edificações também tombadas, seja na instância federal, estadual ou municipal.

Quando nos deparamos com a condição de abandono do Grande Hotel é que surge o intuito deste trabalho: debater a partir das transformações ocorridas na edificação e em seu contexto a efetividade das políticas patrimoniais adotadas como forma de preservação. Trata-se de lançar questões sobre o estado de uma aparente deriva em que se encontra não somente o Grande Hotel,

mas o conjunto de obras que retratam parte da história e da memória da construção da capital Goiânia.

A investigação parte de uma revisão bibliográfica sobre a história da concepção e da construção de Goiânia que envolve tanto ideias relacionadas aos campos da arquitetura e do urbanismo quanto à intensa movimentação política que envolveu a transferência da capital do estado de Goiás. Nesse sentido, além da literatura, recorreu-se ao Processo de Tombamento Federal (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002) que traz informações acerca da seleção dos bens, das justificativas para a preservação, assim como, dados sobre a história dos bens tombados. Já as transformações ocorridas no edifício foram mapeadas a partir de entrevistas com técnicos do IPHAN e da Secretaria Estadual de Cultura de Goiás (SECULT). Outras fontes, como sítios eletrônicos, jornais impressos, acervos fotográficos, teses, dissertações e visitas in loco permitiram mapear não somente as transformações espaciais, mas apropriações e movimentos em prol de um resgate do centro da cidade que aconteceram no entorno da edificação.

Assim, o presente artigo convida a transitar por uma contextualização histórica da capital goiana, assumindo-a como elemento moderno, em seus aspectos arquitetônico e político. Na sequência, envereda pelo edifício do Grande Hotel como mote para explorar as mudanças materiais e nas práticas sociais, por iniciativa governamental e popular, a partir das quais torna-se possível construir uma leitura crítica em relação às ações direcionadas aos bens tombados e às relações que esse objeto possui com a cidade e seus habitantes.

### **Goiânia: De sertão à cidade patrimônio**

Goiânia foi planejada na década de 1930 para suceder o antigo centro político e administrativo de Goiás, a cidade de Goiás, sob a égide do progresso e da modernidade propagadas pela nova república. Fato que levanta questões balizadoras de uma empreitada política no Brasil, para a qual precisava-se forjar uma imagem outra que representasse o progresso como identidade nacional e como cultura pautada no desenvolvimento. Nesse período, a formação de uma corrente autoritária<sup>1</sup>

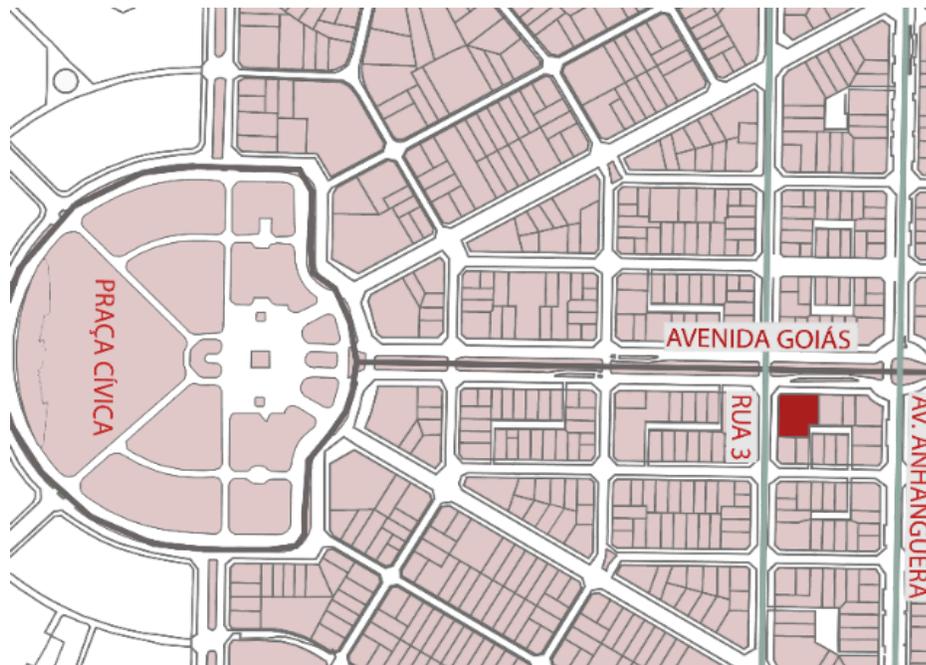
---

<sup>1</sup> A ideologia dessa corrente autoritária se relaciona com a premissa de que em uma nação “desarticulada”, sua organização é responsabilidade do Estado, que deve promover e gerir uma reestruturação do “desenvolvimento econômico” e do “bem-estar geral”. Para isso, não bastaria uma estrutura organizada a partir de representantes populares ou pela mobilização social, mas através da “clarividência de alguns homens” (FAUSTO, 2006, p.357).

propiciou um tipo de “modernização conservadora”, com a visão de que o Estado seria o único capaz de controlar, reestruturar e unificar o território (FAUSTO, 2006). A busca pela ocupação do Planalto Central através da construção de uma grande cidade nova, dentre outras condicionantes e elementos contextuais, foi alicerçada em ideias datadas da Primeira República (1889-1930). Isso, por trazer alguns pontos de tangência com a idealização de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, para suceder a antiga capital, Ouro Preto, e incluir Minas Gerais no circuito da vida moderna. Assim, a concepção e construção de Goiânia, já em 1933, parece reafirmar ideias do país recém republicano para contar sua própria versão da fase heroica que se iniciava (FAUSTO, 2006, p.375).

Assim, a nova capital de Goiás nasceu imbuída de um desejo político que, ao pensar na modernidade como debatida por Harvey (2004), tentou deixar para trás as tradições da história local, importando modelos e impondo-os como referências para o desenvolvimento de modos de vida modernos. O estabelecimento dessas grandes referências urbanas e arquitetônicas está relacionado a vários fenômenos que caracterizam os rumos da cidade moderna, sobretudo, o jogo financeiro escondido por trás da beleza de grandiosas edificações e avenidas arborizadas. Para Harvey (2004, p.92) diz respeito a “um meio de atrair capital e pessoas” através de empreendimentos urbanos, sobretudo, para aqueles que foram concebidos sob o manto da monumentalidade intencional, ou seja, já nascidos para serem consagrados por um tipo de aura patrimonial desde sua concepção.

**Imagem 01** – Localização do edifício do antigo Grande Hotel (demarcado em vermelho) no Plano piloto original de Goiânia (evidenciado em rosa).



Fonte: SEPLAM, com intervenção do autor, 2021.

No emblemático traçado de Goiânia, com influências marcantes do urbanismo francês<sup>2</sup> e inglês do final do século XIX e início do século XX, destacam-se as edificações originais como representantes da arquitetura *art déco*, previstas no plano piloto iniciado por Atílio Corrêa Lima e continuado por Armando Augusto de Godoy. O traçado viário adotado buscou privilegiar o zoneamento de funções, o trânsito de pessoas e de veículos em seus bulevares e as áreas verdes (MANSO, 2001). Três avenidas principais - Goiás, Araguaia e Tocantins - convergem, a partir de um desenho radial [imagem 01], para a Praça Cívica, espaço público e sede administrativa estadual. Aspecto que ressalta, em perspectiva, a intenção de valorizar o poder do estado através da *patte-d'oise* (pata de ganso), modelo de traçado presente em Versalhes (França) e Karlsruhe (Alemanha). Nesse trecho, num conjunto de quadras direcionadas ao comércio foram criadas vielas internas que possibilitasse o acesso para carga, descarga e retirada de lixo, com a intenção de não comprometer a circulação e a vista da paisagem do centro da cidade, o que demonstra a intenção de se construir um

---

<sup>2</sup> O urbanismo francês por si representava uma alusão à uma dominância do poder, em que se pode rememorar o traçado de Versalhes que buscou privilegiar os espaços públicos para destacar a monumentalidade. Assim, as diretrizes dessa escola “faziam parte dos traçados das novas capitais através de um novo poder ou da necessidade de transferência de governo por questões de defesa”, em que espaços cívicos e edifícios de domínio público se tornam “estruturas simbólicas” (DINIZ, 2007, p.80).

emblemático cenário urbano, formatado por elementos e características intrínsecas do racionalismo moderno.

O *déco* surgiu em meio a um panorama de rupturas e transformações no contexto político e econômico mundial. Para Coelho (2017), o período que precedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1948), junto à industrialização, concretizou o surgimento de novas arquiteturas, dentre elas, o modernismo e o *art déco*, que nesse momento destacava-se com prioridade no âmbito do design. Ao tomar como partido a modernização, foi utilizado como elemento de novidade, assim como para demonstração de poder, visto que, quando aplicado na construção de edifícios, despontava de características retilíneas, marcantes e com a utilização de materiais nobres, como pode ser observado em algumas clássicas construções de Nova York. E nesse contexto, não apenas esteve associado à um ímpeto renovador dos conceitos arquitetônicos, como também ao estímulo do consumismo e para projetar o ideal de nacionalismo e fortalecimento diante de crises globais, sobretudo em território francês e americano.

Já a arquitetura como emblema da modernidade, sobretudo nas edificações públicas, assume a linguagem *déco*<sup>3</sup> como representação. O estilo apresentado oficialmente na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em abril de 1925 em Paris, chegou ao sertão goiano nas propostas de Corrêa Lima, para compor a cena monumental e representar o ideal progressista. O estilo arquitetônico, assumiu no Brasil, condição semelhante, de estímulo renovador e entusiasta de uma nova personalidade nacionalista, que ressoava os valores da nova política. A escola *déco*, muito associada à movimentos autoritários, tomou no país, partido semelhante, haja vista sua aplicabilidade, sobretudo em edifícios institucionais. O *art déco* como vanguarda moderna, simbolizava uma maneira de o Estado construir uma história, adaptada dos moldes internacionais, para referendar o progresso brasileiro.

Não obstante, a adaptação ao contexto goiano da época enfrentou, principalmente, as dificuldades de se construir numa região com técnicas e materiais ainda escassos e limitados. Apesar de despontar como uma novidade, a linguagem dos edifícios públicos parece não ter abandonado

---

<sup>3</sup> À vista disso, Manso (2001, p.144 - 153) relata que o *art déco* se tornou o “modelo que mais prestava a simbolizar o poder autoritário do governo. [...] O fenômeno *Art Déco*, também conhecido internacionalmente como Estilo 1925, traz em si acontecimentos e circunstâncias vividos pela sociedade, procurando representar desde os aspectos mais frívolos, ou estilísticos, até testemunhos da transformação de uma época agitada pela Revolução Russa, pelo fascismo e pelas crises econômicas”.

totalmente suas raízes, como se pregava no período. É possível perceber certas regionalidades, tais como, o entelhamento aparente.

Toda essa minuciosa construção que funde o caráter monumental aos novidadeiros preceitos funcionais do zoneamento, como a distribuição e separação de usos e de fluxos, bem como as influências teórico-conceituais, foram fatores que corroboraram para o tombamento federal do traçado urbano e do acervo arquitetônico *art déco* da capital, em 2003 (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002). Cabe ressaltar que os edifícios tombados são, majoritariamente, edificações de posse do poder público distribuídos pontualmente ao longo do traçado. Esse dado é de extrema importância tendo em vista que as políticas de preservação e de planejamento urbano incidem somente sobre esses objetos e conjuntos, como da Praça Cívica, de maneira isolada, o que abre uma grande questão acerca do tombamento do traçado. Reconhecer o traçado como patrimônio e mantê-lo como tal, não se atém apenas a conservar a originalidade do desenho das vias e quadras. Sua preservação deveria estar associada à ambiência, considerando elementos e construções que configuram e edificam a paisagem do Setor Central como um todo.

A relação entre o referido traçado histórico e as transformações do edificado, para Valva (2016, p.13), são indissociáveis, pois o traçado por si constitui uma “lembrança bidimensional” de algo que “poderia estar em outro lugar”. Sua existência enquanto formador de lugares se concretiza com as edificações que abrigam usos, possibilitam apropriações, ressignificações, percepções e a criação de vínculos de afetos e de memórias. Atributos que exigem um planejamento do bairro que o considere, de fato, como lugar histórico. Somente assim, as características do plano urbanístico seriam mantidas. Não se trata, contudo, de congelar o passado, mas desenvolver usos cotidianos que estimulem a revalorização desses espaços dentro de uma conservação planejada da massa edificada como mecanismo para se garantir a manutenção das demais relações estabelecidas em seu contexto original e, conseqüentemente, lógicas sociais e de subordinação que envolvam a renovação de seu reconhecimento como patrimônio cultural.

### Grande Hotel: Entre usos e permanências

Dentre as edificações pioneiras, projetadas e construídas nos primeiros anos de existência da nova capital, está o Grande Hotel. A obra foi iniciada logo após o lançamento da pedra fundamental, em 1933, e sua conclusão ocorreu em 1937, época em que começou a desempenhar função de hospedagem, ainda durante o período de construção da cidade (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002).

Tratava-se do primeiro hotel para abrigar visitantes ilustres, políticos e empresários com intuito de propagandear e atrair novos olhares para a cidade, tanto de investidores, quanto de possíveis moradores. O edifício posicionado de frente para Avenida Goiás<sup>4</sup>, principal via do traçado, permitia contemplar tanto a monumentalidade pretendida, quanto sua própria execução diante do isolamento em relação aos demais centros urbanos existentes.

Durante a construção da capital, o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss descreveu algumas das particularidades da cidade que se erguia a força no Planalto Central. Segundo Lévi-Strauss (1957), não existiam limites estabelecidos. Se perdiam de vista. Assim como, não era possível apontar inferências culturais ou qualquer outra forma de ocupação que fosse administrativa ou de cunho social. As vias ainda estavam demarcadas apenas por estacas. Paisagem na qual sobressaía-se o volume do Grande Hotel:

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim [...] exibia uma centena de casas novas dispersas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel, paralelepípedo em cimento [...] essa construção sem graça era o contrário de Goiás, nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito haviam saturado o seu vazio ou amenizado sua rigidez; [...] (LÉVI-STRAUSS, 1957, p.128)

Implantado entre a Av. Anhanguera e a Praça Cívica [Figura 1], a edificação tem uma localização privilegiada em relação ao traçado original. A Avenida Goiás, logo à sua frente, tem o desenho de bulevar com um largo canteiro central, utilizado para o *footing*, prática comum aos moradores pioneiros que residiam no Setor Central. A quadra onde o hotel foi posicionado pertence à zona de serviço, proposta no plano original, e possui em seu interior uma viela que, de acordo com as plantas apresentadas por Rocha (2013), permite o acesso ao estacionamento do edifício.

Ocupando um lote de esquina, não possui o efeito de quina chanfrada aplicado nas demais construções [imagem 02] para preservar o efeito de perspectiva do traçado urbano. Suas fachadas,

---

<sup>4</sup> Em meio ao caótico cenário de obra no sertão brasileiro, se estabelecia um “hotel de luxo, de e para as elites [...] para aqueles que vinham admirar a obra civilizatória que se erguia a fórceps, no meio do nada” (SILVA, 2019, p.172).

apesar de apresentarem tratamento análogo de ritmo, volume e cor, se diferem por um letreiro aplicado na platibanda e por um volume em semicírculo que marca o hall de acesso e destaca a entrada do edifício, composta ainda por uma marquise. Embora o letreiro tenha sido idealizado apenas para a vista da Av. Goiás, segundo Diniz (2007), foi replicado também para a outra fachada<sup>5</sup>. Em altura, a edificação remete às construções institucionais de mesmo período, complementa a horizontalidade intencionada para o conjunto edificado, ao menos nas décadas iniciais da cidade, seguindo outra das referências empregadas por Haussmann na reforma de Paris: “a edificação foi construída em três pavimentos com 60 quartos e quatro apartamentos de luxo, vários banheiros servidos de água quente e fria, além de garagens e outras dependências próprias dos melhores estabelecimentos desse gênero” (ROCHA, 2013, p.99).

**Imagem 02** – Perspectiva do edifício do antigo Grande Hotel em 2021 / Edifícios com quina chanfrada no cruzamento da Avenida Goiás com a Rua 01.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

O período entre as décadas de 1940 e 1960 trouxe ao edifício uma grande efervescência como lugar habitado pela elite goianiense em decorrência, sobretudo, de seu bar e restaurante que, segundo Rocha (2013), tornaram-se ponto de encontro e de sociabilidade da classe alta na cidade. Essa condição pode também ser associada à novidade que representava tanto por sua arquitetura

---

<sup>5</sup> Não foram encontrados dados que confirmem o período da réplica desse letreiro, as características de sua execução, ou sobre o momento de sua retirada. Outras observações surgem a partir de imagens antigas, como a presença de várias portas no térreo, que também não foi possível identificar o período exato de sua inclusão e nem mesmo do fechamento desses vãos. Contudo, são características relevantes para se compreender as características, intervenções e permanências do passado da obra tombada.

quanto pelo requinte dos usos lá instalados. Após o evento de inauguração, por seu simbolismo e infraestrutura, sediou diferentes eventos, como reuniões, festas e bailes, destinados a um público específico de alta renda que, em maior parte, residia na área central. Circunstância, que nos leva a questionar, novamente, a seleção dos bens tombados, uma vez que chancela apenas um lado da história, aquele ligado ao poder, seja ele político ou econômico.

Até a década de 1960, os espaços da história contidos no Setor Central de Goiânia, tais como a Praça Cívica, a Avenida Goiás, o Teatro Goiânia e o Grande Hotel, mantiveram seus usos originais como lugar da cotidianidade e da sociabilidade cidadina, como destacam Grande e Boaventura (2015). Essa ocupação se associa a uma arte de utilizar que vai além das práticas cotidianas como ferramentas de gestão, evidenciadas por Certeau (1994)<sup>6</sup>, se aproximando de uma genuinidade do uso por meio da apropriação voluntária.

A partir dessa época, com o processo de verticalização e o aumento das práticas comerciais na área central, o bairro adquiriu uma maior agitação e diversidade de usos e de pessoas. Porém, a cenarização e monumentalidade prevista no planejamento inicial, não perdurou mais de três décadas, tendo sucumbido, em grande medida, pelo crescimento urbano exponencial, tanto nas áreas limítrofes ao traçado original, quanto no Setor Central em si. Período em que o Grande Hotel apresentou problemas financeiros relacionados à dívida pública, sendo passado para órgãos do governo. Em meados dos anos de 1970, deixou de funcionar como hotel e se tornou propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, para quitação da antiga dívida (ROCHA, 2013).

Ainda nesse contexto de indefinição de posse e de uso, o Grande Hotel foi reconhecido, pelo Despacho 1.096 de 18 de outubro de 1982 e tombado, em 1987, pela instância estadual e, mesmo diante dessa ação protetiva legal, Rocha (2013) destaca que a autarquia detentora da propriedade fez menção a uma eventual demolição do edifício. Situação que impõe algumas reflexões sobre o reconhecimento patrimonial pelo próprio poder público e sobre a ação de tombamento, que por si deveria criar condições suficientes para protegê-lo. Com os percalços e intervenção de gestores, o edifício sobreviveu nas duas décadas seguintes, entre ocupações temporárias como repartição pública do INSS.

---

<sup>6</sup> Não se trata de politizar as “práticas cotidianas” (CERTEAU, 1994, p.45), empregadas a partir da ideia de consumo cultural, para afirmar a dominação de uma classe, mas de uma ação de sociabilidade.

Os primeiros tombamentos estaduais, incluso o do antigo Hotel, buscava gravar a permanência de edifícios de valor estético e histórico no tecido e na paisagem goianiense. Esse foi o embasamento utilizado por José Mendonça Teles (1936-2018), proponente do primeiro pedido de reconhecimento dos bens *déco* na capital. Embora as chancelas tenham sido atribuídas no decorrer das décadas seguintes, em âmbito estadual e municipal, nessas esferas o título de patrimônio parece recorrer mais a um tipo de certificação documental, que em alguns casos, não possui força suficiente para acompanhar e promover o desenvolvimento dos bens tombados diante da necessidade atual de cada espaço urbano.

Ainda por seu valor histórico e por pertencer ao grupo de edificações pioneiras da cidade, em 2003, o Grande Hotel foi tombado como patrimônio federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) integrando o acervo arquitetônico *art déco*. No início dos anos 2000, a edificação foi cedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para a Prefeitura Municipal de Goiânia. Nela sediada, passou a atuar o Grupo Executivo de Revitalização do Centro (GECENTRO), criado para propor e gerenciar uma série de ações com a intenção de reabilitar e recuperar o núcleo central da cidade. Entretanto, com a mudança da gestão municipal, o GECENTRO foi desativado, em 2005.

Percebe-se que mesmo após o tombamento em instância federal permaneceu a ausência de planejamento que direcionasse ações efetivas para a conservação do Grande Hotel. Tanto que, em 2004, o edifício foi cedido, por uma parceria público privada, para a realização de uma das edições da Mostra Casa Cor Goiás que distribuiu 39 ambientes no edifício tombado. A contrapartida teria sido a restauração e reforma do edifício e de sua calçada pelos organizadores do evento. Houve uma dificuldade, nesse momento, de ação do IPHAN, segundo Santana (2023). Tratava-se de um período de inscrição do edifício nos Livros do Tombo, que ainda não havia sido efetivada. Logo, o órgão não atuou diretamente no embargo da ação que acarretou em algumas modificações drásticas e sem critérios em seu interior<sup>7</sup>. Esse acontecimento conduziu à uma atitude especulativa em cima do bem patrimonial que, conforme descreve Jacques (2003) e Jeudy (2005), está ligada à espetacularização e ao incentivo ao consumo daquele espaço. Mesmo que a intenção tenha sido de recondicionar o

---

<sup>7</sup> Algumas patologias ainda foram agravadas nesse momento, com as ações posteriores da organização. Sem que haja o tratamento correto, processos de repintura ou manutenções precoces, sem o entendimento de com qual problema está lidando, pode acelerar processos degenerativos nos bens edificados.

edifício para abrigar novas atividades culturais, era necessário mensurar os impactos que uma intervenção desse porte causaria ao edifício.

Após as alterações feitas pelo Casa Cor, o Grande Hotel passou a abrigar um Centro de Memória e Referência em Goiânia, dividindo os espaços com repartições do INSS e da Divisão de Patrimônio Histórico (ROCHA, 2013). Nesse sentido, foi colocado em seu pavimento térreo uma improvisada biblioteca juvenil, servindo como local de exposições, concertos e saraus, o que possibilitou uma tímida apropriação pela comunidade.

Paralelo às ações que vieram por parte do poder público, alguns programas foram organizados e promovidos por grupos da sociedade civil, como o Ocupem as Ruas<sup>8</sup>, que organizou apresentações culturais na parte central da cidade. Porém, sem apoio financeiro o programa perdeu sua viabilidade. Por não ser recorrente ou não se consolidar, essa condição parece se alinhar ao que menciona Jeudy (2005, p. 19), que para a sociedade moderna, o patrimônio se apresenta como “consagração cultural dos vestígios da história contra os riscos da desestruturação”, ou seja, são elementos que expressam seu valor apenas diante de crises de cultura e identidade. O sentido desse bem cultural não está intrínseco a ele enquanto patrimônio, mas advém da atribuição de sentido dado a ele por um grupo específico.

Em 2018, mais uma vez a edificação é tratada como moeda de troca para quitar a dívida do INSS, sendo a propriedade cedida ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Goiânia, o IPSM. Foi prevista uma ação de intervenção neste mesmo ano, contudo, não foi efetivada.

Em 2020, diante do cenário de pandemia da Covid-19, o edifício foi fechado, bem como os demais equipamentos culturais da cidade. Desde então, o Grande Hotel permanece com o acesso limitado, algumas partes interditadas por conta de danos da estrutura do telhado e, segundo informações da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia, aguarda por verba para executar um projeto de restauração completo.

---

<sup>8</sup> O Ocupem as Ruas foi um movimento iniciado pela população, que ocorreu entre 2015 e 2016. O intuito do programa foi de promover a apropriação dos espaços públicos, para isso foram organizados eventos mensais, com entrada franca e sem qualquer tipo de arrecadação financeira, através de comunidades no Facebook.

**Imagem 03** – Registros do edifício do antigo Grande Hotel.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

Diante desse quadro, o isolamento da construção torna-se cada vez mais evidente [imagem 03]. Santana (2023) destaca que, atualmente, a questão da posse do bem tem sido o entrave para sua restauração, pois tanto o INSS, quanto a Prefeitura Municipal de Goiânia não chegam a um acordo sobre a posse do bem. Essa realidade demonstra que o descaso com os bens patrimoniais edificados não tem se restringido somente à sua conservação material ou apropriação social, mas também em relação à sua documentação, tanto administrativa, quanto técnica. Apesar do tombamento, o Iphan não dispõe de toda a documentação técnica dos edifícios na cidade. Alguns dos materiais existentes foram frutos de projetos e pesquisas acadêmicas.

Após a decadência dos usos propostos e dos referidos tombamentos, algumas ações foram implementadas por curtos períodos, algumas como iniciativa estadual, transformando o local em biblioteca, espaço de exposição e oficinas diversas e outras que surgiram do envolvimento direto da comunidade. Essa utilização, contudo, manifestou-se de forma contida, diante da potencialidade do edifício de dialogar, tanto com o traçado urbano, quanto com a população que utiliza o centro da cidade.

Apesar de ter sido prevista intervenção em 2018 para o edifício, a ausência de um responsável legal pelo mesmo, dificultou o seguimento da ação, visto que havia um descompasso entre sua posse pelo INSS e seu uso pela Prefeitura de Goiânia. Essa questão dificultou ações integradas de restauração e requalificação no uso do bem, que passou apenas por medidas paliativas. Nesse sentido,

Santana (2023), complementou que, o Iphan tem atuado de forma massiva para preservar o prédio, mas que o acionamento diante do não cumprimento das práticas estabelecidas pelo órgão só podem ser acionadas juridicamente. Esse entrave gerado pela política administrativa e legal é o que mesmo diante de ações e órgãos de preservação e chancela, tem deixado o bem a deriva no contexto urbano da cidade.

Tanto o uso como repartição pública, quanto a realização de eventos propiciam formas de ocupação, sendo elas rotineiras ou eventuais. Essas condições podem estimular novas apropriações do bem, que vão além do domínio público, para que o edifício esteja cada vez mais em conexão com a comunidade a qual pertence, incitando dessa forma, a construção de memórias individuais e coletivas, a partir do que Hall (2016) coloca como uma constante produção e reprodução de significados.

Por esse caminho, como já mencionado, o Grande Hotel está situado numa posição estratégica na cidade quando pensamos em usos que poderiam servir à população local. Os dois eixos principais de mobilidade urbana via transporte público - Norte/Sul e Leste/Oeste - passam em frente à quadra onde está implantado. Em frente à sua fachada principal está a Avenida Goiás com seu largo canteiro central e um dos principais espaços ajardinados, com bancos e árvores. Além disso, nos fundos da edificação está uma das vielas de serviços que configura outra singularidade do traçado tombado [5]. Espaço que poderia, facilmente, ser transformado num pátio aberto para abrigar atividades culturais, como já acontece em algumas partes do centro da cidade. Através de movimentos culturais atrelados a algumas iniciativas para promover a ocupação do Setor Central, o espaço externo torna-se propício para criar uma proximidade entre a população e seus bens culturais.

Tais atividades já aconteceram no entorno do Grande Hotel. Em 2003, o projeto “Grande Hotel vive o Choro”<sup>9</sup>, conhecido popularmente como “Chorinho”, passou a fazer parte do calendário cultural da cidade. O evento ocorria em frente à edificação tombada e era realizado quinzenalmente com temporadas anuais, reunindo público diversificado<sup>10</sup>.

---

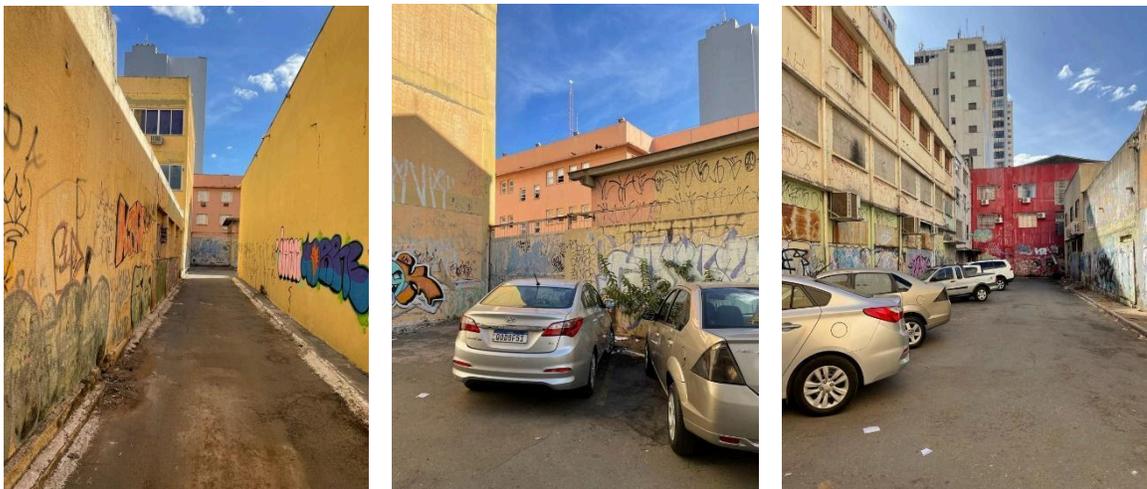
<sup>9</sup> O evento teve sua primeira edição por iniciativa do músico e fundador do Grupo do Choro de Goiânia Oscar Wilde e foi inserido como programa cultural através do incentivo pela Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia, a SECULT, que se tornou responsável pelo investimento a fim de promover a memória acerca dos eventos ocorridos no Grande hotel. Embora a festividade tenha sido realocada para outro ponto da cidade durante um período (FERREIRA, 2017).

<sup>10</sup> “O projeto Grande Hotel Revive o Choro era o único projeto cultural permanente (digo por ser semanal) nas ruas, de cunho público e gratuito. [...] era uma das únicas esperanças de se começar a humanizar a noite deste Centro, porque começa pelas ruas. E todo mundo tem medo do que acontece nelas. Porque? Porque é lugar de todo mundo. De rico, pobre, drogado, prostituta, gays, héteros, idosos e crianças.” (JUNQUEIRA, 2012).

Além do Chorinho, o programa Cinema na Calçada<sup>11</sup> também promoveu a ocupação nos arredores do Grande Hotel buscando estimular a vitalidade do espaço público enquanto local de convívio, por meio da exibição de longas e curtas metragens, além da realização de oficinas visuais para produtores independentes (DIÁRIO DA MANHÃ, 2016).

Entretanto, apesar de essas ações terem um resultado positivo no sentido de promover a apropriação do centro da cidade, percebe-se que o edifício em si se torna apenas uma referência por permanecer fechado durante o evento. O que acontece na rua, muito claramente, deveria ser utilizado como mecanismo para atrair as pessoas para dentro do edifício por meio de outras atividades culturais internas, como exposições e mostras de artistas locais, e se estender para o espaço da viela de serviços na parte posterior do edifício. Seria explorar a porosidade original que faz do Grande Hotel uma passagem, conectando a Avenida Goiás à viela tida, hoje, como um espaço marginalizado.

**Imagem 04** – Registros do edifício do antigo Grande Hotel.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

No caso da viela [imagem 04], sua subutilização como estacionamento e mesmo de acesso para o edifício do antigo Grande Hotel, a coloca em uma perspectiva de quase cegueira social e cultural, transformando-a em um integrante praticamente celibatário, como descreve Certeau:

---

<sup>11</sup> O jornal Diário da Manhã (2016), relata que a proposta do Cinema na Calçada estava em ocupar o espaço público, em específico, os espaços tidos como patrimônio, que representam pontos relevantes para a história e cultura de Goiânia. O programa foi realizado pela iniciativa privada, cada sessão contava com produção audiovisual diferente e foi organizada pela companhia independente Panaceia Filmes, com patrocínio da Papelaria Tributária e incentivo do Fundo de Arte e Cultura de Goiás, assim como da extinta Seduce.

Os praticantes da cidade, passantes e caminhanes obedecem aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo. [...] jogam com espaços que não se veem; [...] tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços; com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra (CERTEAU, 1994, p.171).

Para o autor, a proximidade com elementos da cidade se torna um estímulo para sua percepção. Entretanto, essa prática não se faz como componente autossuficiente. É preciso ser estimulada. Na calçada em frente às fachadas do Grande Hotel, estão algumas bancas comerciais, que conduzem a caminhada do pedestre para perto do edifício. Em algumas passagens pelo local percebe-se que as portas principais do hall em meia lua permanecem abertas, mas a passagem é isolada com grades de ferro. Mesmo estando próximo ao edifício tem-se a impressão de que seu acesso não é permitido, característica que parece não contribuir com a vitalidade de um bem patrimonial.

A ideia é a de que a antiga edificação represente as memórias da fundação da cidade e uma identidade goianiense (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002). Contudo, desde sua inauguração privilegiou classes específicas, deixando de fora uma parte importante da sociedade, aquela que reivindicou trechos do espaço público como lugar de convívio. É preciso refletir para além do tombamento e das adequações de uso, para que esse bem seja incluído em um circuito da vida cotidiana. É necessário destacar sua presença também em atividades que propiciem seu uso.

A construção da cidade e do antigo hotel atuam como representação de um ideal, da necessidade, da política, da busca pela cultura e identidade. Esse sistema de representação se refere a um componente para “dar sentido aquilo que queremos expressar ou transmitir” (HALL, 2016, p.23-24). É nessa construção processual que uma cultura se consolida e a partir dela, os sentidos e significados. No edifício ela se apresenta de forma velada, com um potencial a ser explorado e incentivado; tanto interna quanto externamente a construção pode ser inserida em uma prática cotidiana cidadina, que considere a caracterização do lugar através de sua existência espaço-temporal.

O tombamento na cidade, em específico dessa construção, buscou valorizar a história social e política do período de fundação, mas parece esquecer das transformações que a compõem. Com a perda de sua função original, o edifício passa por uma mudança de valor, de uso e das relações desenvolvidas em seu interior e no entorno. Com intuito de garantir a sobrevivência além da

materialidade, é necessário estimular a apropriação desse espaço, (re)inseri-lo na vida dos habitantes, buscando proporcionar o reconhecimento de bens culturais, que parecem passar despercebidos. Compreendê-los como objetos de representação cultural só é possível, segundo Hall (2000, p.21), através de sua utilização e integração “em nossas práticas cotidianas”.

### **Considerações Finais**

Explorar a condição do Grande Hotel como bem cultural tombado de Goiânia nos levou a perceber os bastidores por trás de um processo que, assim como tantos outros, exclui uma discussão ampla, coletiva e participativa, premissas fundantes para as escolhas do que representa um bem cultural no e para a cidade. Os edifícios tombados, em sua maioria, são símbolos da modernidade empreitada pelo Estado na época da construção da nova capital, ora eleitos por serem sedes representativas dessa esfera de poder, ora por serem exemplares da linguagem arquitetônica - o art déco - escolhida por um grupo específico para representar a imagem dessa modernidade. Vinculam-se, portanto, a princípios definidos por uma elite política ou intelectual que desconsidera as demais histórias e fatos ocorridos. Essa colocação permite refletir sobre a patrimonialização como um atravessamento político, em que se busca legitimar uma narrativa própria e se reforçar enquanto instância de poder.

É inegável o valor histórico, político e arquitetônico que o edifício do antigo Grande Hotel representa para Goiânia. Porém, partimos do pressuposto que um dos valores cruciais do bem edificado é o social, atribuído através de uma conexão direta com uma rotina de uso, que utiliza a história por meio do objeto cultural para compreender sua realidade. Nessa edificação ficam evidentes algumas tentativas de ativar seu sentido comunitário, que não se consolidam por tempo suficiente para desenvolver vínculo com o espaço onde se inserem.

A ideia de novos usos e da presença na vida cotidiana que são defendidas por Jacques (ano) e Certeau (ano), não se limitam à transformação do patrimônio edificado em museus ou centros culturais congelados no tempo. Aplicado ao edifício deste estudo, podem ser pensados programas adequados tanto para espaços livres quanto para a construção em si, de modo a favorecer a apropriação e uso pela população. Diante das ações desenvolvidas em seu interior, reflete-se que, em suma, que elas não têm contribuído para seu reconhecimento como um bem cultural, visto que, além de atingir uma pequena parcela da comunidade, carece de divulgação e informação, não apenas do

novo uso, como também da condição histórica do edifício e da cidade. Sua invisibilidade pode ser relacionada à busca pela modernidade que deu origem a Goiânia; assim, seria paradoxal para uma cidade que nasce a partir do rompimento com o passado pedir e prezar pela preservação de sua história.

Frente às dinâmicas de uso, apropriação e propriedade, as ações desenvolvidas no exterior do edifício podem ser dotadas de maior significado para a sociedade, pois atraem e se comunicam com ela. Mesmo que de forma discreta e com o uso do edifício vetado durante o evento, esses acontecimentos parecem colaborar para o reconhecimento do bem cultural através da apropriação de seu espaço externo. Cabe destacar, que esse significado pode ser atribuído não necessariamente por seu valor histórico, mas por ocupações tradicionais que nele se desenvolvem, como é o caso do programa “Grande Hotel Vive o Choro”.

Percebeu-se durante a pesquisa que as iniciativas de ocupação e a promoção de atividades culturais têm sido mais estimuladas por entidades estaduais, municipais e grupos populares, que pelo órgão específico de gestão do patrimônio federal. Embora tanto interna quanto externamente a edificação do antigo hotel apresenta potencialidades a serem trabalhadas para sua valorização enquanto patrimônio, é necessário promover além do ensino de sua história, a integração do edifício com as atividades em seu entorno. Sua conexão com outros bens tombados, como o beco de quadra, pode estimular uma nova dinâmica de uso, que beneficie ambos e, na contramão do processo de patrimonialização, preserve sua história e sua memória.

### **Agradecimentos**

Este trabalho foi realizado com o apoio e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

### **Referências bibliográficas:**

ALVES, G. H. N. **Olhares do chorinho**. Projeto Experimental. Faculdade de Informação e Comunicação – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

CARSALADE, F. L. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014).

CASTRO, C. A. T. TAVARES, M. G. C. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**. Natal. Vol. 28, n.2, p.117-135. Jun/Dez de 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/9553>. Acesso em: 10 de maio de 2021;

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, G. N. **A estética do poder e da modernidade: arquitetura art déco em Goiânia**: Editora Trilhas Urbanas, 2019.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Cinema na calçada**. Goiânia, 28 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cultura/2016/09/cinema-na-calçada/>. Acesso em: 24 de junho de 2021;

\_\_\_\_\_. **Grande Hotel chega aos 84 sem o movimento de antes**. Goiânia: 23 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cultura/2021/01/grand-hotel-chega-aos-84-sem-o-movimento-de-antes/>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 – 1935): ideal estético e realidade política**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007;

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010;

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006;

FERREIRA, C. Hóspedes da incerteza. **Jornal O Popular**. Goiânia, 30 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/hóspedes-da-incerteza-1.1187709>. Acesso em: 24 de junho de 2021;

GRANDE, I. O. de. BOAVENTURA, D. M. R. Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da praça cívica e avenida Goiás. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 74-98. Jan/abr 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos>. Acesso em: 10 de junho de 2021;

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016;

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004;

IPHAN. **Processo de Tombamento 1.500-T-02 do Acervo arquitetônico e urbanístico art déco de Goiânia**. Processo 014580010232000891. IPHAN DEPAM RJ. Brasília, DF. 2002;

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: Espetáculo contemporâneo? **RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v.1, n.8, julho/dezembro de 2003, p.32-39;

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005;

JUNQUEIRA, N. O lugar do chorinho é nas ruas. **A Redação**. Goiânia, 20 de julho de 2012. Disponível em: <https://aredacao.com.br/colunas/15824/o-lugar-do-chorinho-e-nas-ruas>. Acesso em: 07 de julho de 2021;

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957;

MANSO, C. F. A. **Goiânia: Uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar**. Goiânia, Edição do autor, 2001;

QUEIROZ, R. Acabou o Choro. **Jornal O Popular**. Goiânia, 03 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/acabou-o-choro-1.184234>. Acesso em: 07 de julho de 2021;

REIS, H. **Portal Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO**, 09 de março de 2020. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/108858>. Acesso em: 21 de junho de 2021;

ROCHA, D. M. M. **A pioneira arquitetura de hotéis art déco em Goiânia – décadas de 1930 a 1950**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013;

SANTANA, B. O. de. **Entrevista I**. [07 de janeiro de 2023]. Entrevistador: Vitor de Souza Moraes. Goiânia, 2023. 01 arquivo .mp3 (01:39:51 min);

SILVA, K. M. **Camadas do tempo: Representações geográficas nas fotografias e cartões postais da cidade de Goiânia (1933 – 1970)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SOLÀ-MORALES, I. Patrimonio arquitetónico o parque temático. **Loggia: Arquitectura & Restauración**. N. 5, p. 30-35. 1998;

VALVA, M. D. A permanência e a transformação das cidades. Goiânia e o tombamento de seu traçado viário. **Revista Espacios**. Vol. 38, n.16, p. 01-15, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com>. Acesso em: 09 de abril de 2021;